



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI Nº 1705/2005

Dispõe sobre as Diretrizes Gerais para elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2006 e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, §2º, da Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, e na legislação complementar, as diretrizes para a elaboração do Orçamento do Município de Passa Quatro, relativo ao exercício financeiro de 2006, que compreendem:

I – as prioridades e metas da Administração Municipal;

II – a organização e a estrutura dos Orçamentos;

III – as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos Orçamentos e suas alterações;

IV – as ações dos Poderes Legislativo e Executivo;

V – as disposições relativas à dívida pública municipal e às despesas com o pessoal e encargos sociais;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município.

Art. 2º Constituem prioridades e metas da administração pública, para o exercício financeiro de 2006, além das especificadas no Plano Plurianual, as voltadas para as seguintes necessidades da população:

I – educação, com destaque para o Ensino Fundamental;

II – saúde, com ênfase para:

a) melhoria dos atendimentos de saúde e ações preventivas;

b) saneamento;

c) vigilância sanitária.

III – habitação;

IV – proteção à criança e ao adolescente;

V – combate à pobreza e promoção da cidadania e da inclusão social;

VI – consolidação da estabilidade econômica com o crescimento sustentado;

VII – promoção do desenvolvimento sustentável visando à geração de empregos e oportunidade de renda;



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## VIII – defesa do meio ambiente.

Art. 3º As prioridades definidas no artigo anterior terão precedência na alocação de recursos nos Orçamentos de 2006.

Art. 4º As categorias de programação serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por funções, subfunções, programas, projetos, atividades, com a indicação de suas metas físicas e respectivas denominações.

Art. 5º Os projetos de lei que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, no prazo previsto no artigo 199 e na forma estabelecida no artigo 134, ambos da Lei Orgânica do Município de Passa Quatro, mostrarão a organização e estrutura dos Orçamentos, sendo constituídos de:

I - Orçamento Municipal, compreendendo:

- a) Orçamento da Administração Direta;
- b) Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- c) Orçamento do Fundo Municipal de Saúde;
- d) Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social;
- e) Orçamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

II – Plano Plurianual: 2006-2009

III – concessão de subvenções e/ou contribuições às entidades que necessitam do auxílio do Poder Público;

IV – o Projeto de Lei Orçamentária e a respectiva Lei serão constituídos dos documentos referenciados nos artigos 2.º e 22 da Lei n.º 4.320/64 e dos seguintes demonstrativos:

- a) consolidação dos quadros orçamentários, na forma do Anexo I, da Lei nº 4.320/64;
- b) da programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 212, da Constituição Federal, observando-se as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I – avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal;

II – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

Art. 6º Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão à Secretaria Municipal de Planejamento suas respectivas propostas orçamentárias, até o dia 31 de julho de 2005, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Parágrafo único. Na elaboração de suas propostas, as instituições mencionadas neste artigo terão como parâmetro de suas despesas:

I – com pessoal e encargos sociais, o gasto efetivo com a folha de pagamento do primeiro semestre de 2005, apurando a média mensal e projetando-a para todo o exercício, considerando os acréscimos legais e o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, alterações de planos de carreira, verificados até 30 de junho de 2005, as admissões na forma do artigo 23 desta Lei e eventuais reajustes gerais a serem concedidos aos servidores públicos;

II – com os demais grupos de despesa, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2006.

Art. 7º O Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, segundo a classificação por função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, categoria de programação em seu menor nível, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a unidade orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e o identificador de uso:

- 1 – Pessoal e Encargos Sociais;
- 2 – Juros e Encargos da Dívida;
- 3 – Outras Despesas Correntes;
- 4 – Investimentos;
- 5 – Inversões Financeiras;
- 6 – Amortização da Dívida;
- 7 – Outras Despesas de Capital.

Art. 8º As metas físicas serão indicadas segundo os respectivos projetos e atividades e constarão do Orçamento Fiscal e Seguridade Social, segundo os programas de governo, na forma dos anexos propostos pela Lei n.º 4.320/64.

Art. 9º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

§1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

§2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§3º Os recursos para a abertura de créditos adicionais aos orçamentos são:

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – os provenientes de excesso de arrecadação;

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou créditos adicionais autorizados em lei;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las;



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

V – a Reserva de Contingência para atender aos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§4º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício.

§5º O texto da Lei Orçamentária autorizará a abertura de créditos suplementares, no limite de 40% (quarenta por cento) do total geral da despesa.

§6º O percentual utilizado para abertura de créditos suplementares não onera as suplementações para as quais se utilizarem como recursos os dos incisos III e V §3º.

Art. 10. Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro de cada ano, caso reabertos, mediante decreto do Poder Executivo, no limite de seus saldos, serão incorporados no exercício financeiro subsequente com anulação de parcela, de igual valor, de dotação desse orçamento subsequente.

Art. 11. A elaboração do Projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2006 deverão levar em conta a obtenção de um superávit primário.

Parágrafo único. O Poder Executivo tomará as providências necessárias para o cumprimento das metas de que trata o **caput** deste artigo, mediante ajuste do cronograma de desembolso financeiro.

Art. 12. As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade, que constarão da unidade orçamentária Encargos Gerais.

Art. 13. Na programação da despesa não poderão ser:

I – fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II – incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão;

III – transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferências voluntárias.

Art. 14. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do artigo 2.º, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas exigidas quando da alocação de recursos federais ou estaduais ao Município.

Art. 15. Os orçamentos que compõem a Lei Orçamentária deverão conter previsão que assegure a conservação e manutenção do patrimônio público municipal e os programas de defesa e preservação do meio ambiente.



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 16. Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentadamente erro na alocação desses recursos.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo a destinação mediante a abertura de crédito adicional com prévia autorização legislativa, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade de sua aplicação original.

Art. 17. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham as condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação;

II – não tenha débito de prestação de contas de recursos anteriores.

§1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida, no exercício de 2005, por autoridade local e comprovante de regularidade do mandato de sua autoria; CND (Certidão Negativa de Débito), CRF (Certificado de Regularidade do FGTS) e CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

§2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 18. A destinação dos recursos a título de “contribuições”, a qualquer entidade como a esportiva, a prestação de serviços de orientação técnica e contábil à Prefeitura, à cultura em geral e segurança, para despesas correntes e de capital, além de atender ao que determina o artigo 12 §§2º e 6º, da Lei nº 4.320/64, somente poderá ser efetivada mediante previsão na Lei Orçamentária e a identificação do beneficiário no convênio, quando for o caso.

Art. 19. As transferências de recursos do Município, consignadas na Lei Orçamentária, para o Estado, União ou outro Município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 20. A proposta orçamentária poderá conter Reservas de Contingência vinculadas aos respectivos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em montante equivalente a, no máximo, 6% (seis por cento) da receita corrente líquida de cada um, para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 21. No Projeto de Lei Orçamentária de 2006 serão destinados recursos necessários à transferência ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

Art. 22. O Poder Executivo por intermédio do órgão responsável pela administração de pessoal, publicará, até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2006, a tabela de



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral dos servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o artigo.

Art. 23. No exercício de 2006, as despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista dos dois Poderes do Município, observarão os limites mencionados nos artigos 169, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. As despesas com pessoal referidas no artigo abrangerão:

I – o pagamento dos agentes políticos;

II – o pagamento do pessoal do Poder Legislativo;

III – o pagamento do pessoal do Poder Executivo, incluindo-se o pagamento do pessoal aposentado, do pessoal relativo à manutenção e ao desenvolvimento do ensino e dos pensionistas.

Art. 24. No exercício financeiro de 2006, observadas as disposições do artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I – houver dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

II – for observado o limite mencionado no artigo anterior.

Art. 25. Não será aprovado projeto de lei que amplie incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, sem a prévia estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da renúncia de receita correspondente.

§1º Caso o dispositivo legal sancionado tenha impacto financeiro no mesmo exercício, o Poder Executivo providenciará as medidas de compensação, conforme artigo 14 da Lei Complementar n.º 101/2000.

§2º A Lei mencionada neste artigo somente entrará em vigor após tomadas as medidas de compensação de receita.

Art. 26. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei em tramitação na Câmara Municipal.

§1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de Lei Orçamentária:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§2º O Poder Executivo procederá, mediante decreto, a ser publicado até 30 dias após a sanção da Lei Orçamentária, a troca das fontes de recursos condicionadas constantes da Lei Orçamentária sancionada, cujas alterações na legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo projeto de lei para sanção, pelas respectivas fontes definitivas.

Art. 27. A elaboração, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária será realizada de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. O atendimento do disposto neste artigo abrange a disponibilização dos estudos e diagnósticos utilizados na elaboração do plano plurianual para o período de 2006-2009.

Art. 28. São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do **caput** deste artigo.

Art. 29. Se o projeto de Lei Orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2005, será promulgado de acordo com a Lei Orgânica do Município.

Art. 30. Se o Projeto de Lei Orçamentária for rejeitado pela Câmara será obedecido o que dispõe o artigo 45 da Lei Orgânica do Município, naquilo que contém a Lei Complementar 101/2000.

Art. 31. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 32. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação do corpo jurídico do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas pelo mesmo.

Art. 33. Não será aprovado projeto de lei que implique o aumento das despesas orçamentárias, sem a demonstração da estimativa desse aumento e da indicação das fontes de recursos.

Art. 34. O Orçamento Geral de 2006 poderá apresentar modificação, aprovada em Lei, na organização administrativa.

Art. 35. A participação da Prefeitura Municipal em convênios será no máximo de 40% (quarenta por cento).

Art. 36. O valor destinado à Saúde nunca será inferior ao determinado pela Emenda Constitucional n.º 29/2000, para os Municípios.



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 37. A Lei só contemplará dotação para início de obra após a garantia de recursos para pagamento das obrigações patronais vincendas e dos débitos com a Previdência Social decorrentes de obrigações em atraso.

Art. 38. Só serão contraídas operações de crédito por antecipação de receita, quando se confirmar iminente falta de recursos que possa comprometer o pagamento de despesas oriundas de insuficiência de caixa.

§1º A contratação de operação de crédito para fim específico somente se concretizará se os recursos se destinarem a programas de excepcional interesse público, observados os limites estabelecidos nos artigos 165, §8º e 167 – III da Constituição Federal e o disposto na Lei Complementar 101/2000 e Resolução do Senado Federal.

§2º Em qualquer dos casos a operação de crédito depende de prévia autorização legislativa.

Art. 39. Não se poderá aplicar a receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para financiamento de despesa corrente, exceto se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Art. 40. O Orçamento de 2006 destinará dotações para atender ao Orçamento Participativo.

Art. 41. Integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – prioridade e Metas da Administração;

II – evolução da Receita e Metas Fiscais;

III – riscos Fiscais;

IV – resultado Primário;

V – resultado Nominal;

VI – avaliação do Regime Próprio de Previdência.

Art. 42. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 43. Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro, 1 de julho de 2005.

Acácio Mendes de Andrade  
Prefeito Municipal

Leonardo Vilhena Viana  
Secretário de Administração





# **Câmara Municipal de Passa Quatro**

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO I PRIORIDADES E METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2006**

### **I - LEGISLATIVO:**

#### **1.1. CÂMARA MUNICIPAL**

1. Construção, reforma e manutenção das instalações
2. Aquisição, reforma e manutenção de bens móveis
3. Aquisição, manutenção e alienação de equipamentos
4. Aquisição, manutenção e atualização de sistemas
5. Aquisição e manutenção de suprimento e materiais de consumo
6. Aquisição, manutenção e organização do acervo técnico
7. Aquisição, manutenção e alienação de veículos
8. Contratação, manutenção de serviços de assessoria e consultoria técnica
9. Manutenção e aprimoramento das atividades e procedimentos pertinentes
10. Participação em convenções, cursos e palestras
11. Participação em eventos e recepções
12. Encargos com recepções e hospedagens
13. Publicação de atos oficiais e informativos institucionais
14. Apoio e premiações artísticas, científicas e culturais
15. Manutenção da concessão de auxílio-transporte e auxílio-alimentação
16. Manutenção do serviço de atendimento a cidadania
17. Criação e manutenção de assistência médica
18. Contribuições a entidades e órgãos conveniados
19. Contratação de serviços de auditoria
20. Contratação de pessoal por tempo determinado para atendimento a necessidade de excepcional interesse público
21. Alteração da estrutura organizacional da Câmara Municipal
22. Criação, alteração do plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos do Legislativo
23. Alteração da legislação de pessoal do Legislativo
24. Realização de concurso público
25. Realização de cursos de capacitação de servidores públicos Legislativo
26. Reconhecimento de despesas de exercícios anteriores.

### **II - EXECUTIVO**

#### **2.1. GABINETE DO PREFEITO**

1. Reforma e manutenção das instalações
2. Aquisição, reforma e manutenção de bens móveis
3. Aquisição, manutenção e alienação de equipamentos
4. Aquisição, manutenção e atualização de sistemas
5. Aquisição e manutenção de suprimentos e materiais de consumo
6. Aquisição, manutenção e organização do acervo técnico
7. Aquisição, manutenção e alienação de veículos
8. Manutenção de serviços de assessoria e consultoria técnica
9. Manutenção e aprimoramento das atividades e procedimentos pertinentes



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

10. Participação em convenções, cursos e palestras
11. Participação em eventos e recepções
12. Encargos com recepções e hospedagens
13. Encargos com premiações e distribuição gratuita de materiais
14. Publicação de atos oficiais e informativos institucionais
15. Contribuições a associações de municípios
16. Contribuições a entidades e órgãos conveniados
17. Contratação de serviços jurídicos do interesse do Município

## **2.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (INCLUINDO TODAS AS SUAS UNIDADES)**

1. Reforma e manutenção das instalações
2. Aquisição, reforma e manutenção de bens móveis
3. Aquisição, manutenção e alienação de equipamentos
4. Aquisição, manutenção e atualização de sistemas
5. Aquisição e manutenção de suprimentos e materiais de consumo
6. Aquisição, manutenção e organização do acervo técnico
7. Manutenção de serviços de assessoria e consultoria técnica
8. Manutenção e aprimoramento das atividades e procedimentos pertinentes
9. Contratação de serviços de auditoria
10. Contratação de pessoal por tempo determinado para atendimento a necessidade de excepcional interesse público de todas as secretarias
11. Participação em convenções, cursos e palestras
12. Alteração da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal
13. Alteração do estatuto dos servidores públicos municipais
14. Alteração do plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos municipais
15. Alteração da legislação de pessoal
16. Alteração da legislação tributária
17. Revisão na planta de valores imobiliários
18. Recadastramento Imobiliário e de prestadores de serviços
19. Implantação de sistema de fiscalização fazendária
20. Extensão dos postos de arrecadação tributária via convênios
21. Negociações e incentivos fiscais ao contribuinte comum
22. Concessão de desconto de até 25% sobre o valor do IPTU para pagamento à vista
23. Concessão de isenções, anistias e remissões de natureza tributária, devidamente fundamentadas
24. Divulgação dos direitos e deveres do contribuinte com o intuito de demonstrar a importância do pagamento dos tributos para o Município e para a comunidade
25. Negociação e cobrança da Dívida Ativa
26. Pagamento de precatórios
27. Alteração e regulamentação da legislação previdenciária
28. Recadastramento previdenciário
29. Elaboração e implantação do plano diretor
30. Implantação do Orçamento Participativo
31. Realização de concurso público
32. Realização de cursos de capacitação de servidores públicos
33. Incentivo à criação de novas indústrias;
34. Incentivo à pequena e média empresa
35. Incentivo à política de geração de emprego e renda



## **Câmara Municipal de Passa Quatro**

Instalada em 13 de dezembro de 1890

36. Negociações e incentivos fiscais a empresas com interesse em se instalarem no Município, possibilitando a geração de emprego e renda
37. Implantação e manutenção de torre para telefonia celular
38. Manutenção da torre repetidora de TV
39. Aquisição e manutenção de bens móveis, equipamentos e materiais de consumo para os velórios
40. Reconhecimento de despesas de exercícios anteriores
41. Manutenção e renegociação de parcelamentos de dívidas
42. Criação da Ouvidoria Pública
43. Criação do Conselho Municipal de Emprego
44. Implantação do Pronaf
45. Regularização fundiária da área da RFFSA

### **2.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS**

1. Reforma e manutenção das instalações
2. Aquisição, reforma e manutenção de bens móveis
3. Aquisição, manutenção e alienação de equipamentos
4. Aquisição, manutenção e atualização de sistemas
5. Aquisição e manutenção de suprimentos e materiais de consumo
6. Aquisição, manutenção e organização do acervo técnico
7. Manutenção de serviços de assessoria e consultoria técnica
8. Manutenção e aprimoramento das atividades e procedimentos pertinentes
9. Participação em convenções, cursos e palestras
10. Captação de recursos provenientes de órgãos da administração direta e indireta federal e estadual
11. Implantação e manutenção de programas e parcerias

### **2.4. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (INCLUINDO TODAS AS SUAS UNIDADES E ESCOLAS)**

1. Reforma e manutenção das instalações
2. Aquisição, reforma e manutenção de bens móveis
3. Aquisição, manutenção e alienação de equipamentos
4. Aquisição, manutenção e atualização de sistemas
5. Aquisição e manutenção de suprimentos e materiais de consumo
6. Aquisição, manutenção e organização do acervo técnico
7. Aquisição, manutenção e alienação de veículos
8. Manutenção do transporte escolar
9. Manutenção de serviços de assessoria e consultoria técnica
10. Manutenção e aprimoramento das atividades e procedimentos pertinentes
11. Participação em convenções, cursos e palestras
12. Capacitação, treinamento e reciclagem de profissionais do magistério
13. Construção e manutenção de escolas e creches municipais
14. Fornecimento de merenda para alunos do ensino infantil e fundamental
15. Implantação e manutenção de laboratórios de informática nas Escolas Municipais
16. Manutenção do programa EJA (Educação de Jovens e Adultos)
17. Manutenção da educação compensatória: Contribuição à APAE
18. Manutenção da Bolsa Escola



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

19. Alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério

## **2.5. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS (E SERVIÇOS URBANOS)**

1. Reforma e manutenção das instalações
2. Aquisição, reforma e manutenção de bens móveis
3. Aquisição, manutenção e alienação de equipamentos
4. Aquisição, manutenção e atualização de sistemas
5. Aquisição e manutenção de suprimentos e materiais de consumo
6. Aquisição, manutenção e organização do acervo técnico
7. Aquisição, manutenção e alienação de veículos leves e pesados
8. Manutenção e aprimoramento das atividades e procedimentos pertinentes
9. Participação em cursos e palestras
10. Capacitação, treinamento e reciclagem dos servidores
11. Construção, ampliação, reforma e conservação de prédios públicos
12. Construção, recuperação e conservação de obras e bens do patrimônio público municipal
13. Pavimentação, calçamento, recuperação e manutenção das vias urbanas e rurais
14. Construção e manutenção de ciclovia ao lado do leito ferroviário
15. Construção e manutenção da ciclovia Pinheirinhos
16. Construção e manutenção do Terminal Rodoviário
17. Construção, reforma e manutenção de casas populares, urbanas e rurais
18. Manutenção dos serviços públicos essenciais
19. Extensão da rede elétrica urbana e rural
20. Manutenção da iluminação pública
21. Construção e realização de obras de infra-estrutura para o Distrito Industrial
22. Concessão ou permissão de serviço funerário
23. Manutenção dos serviços de limpeza pública
24. Construção, reforma e manutenção de praças públicas, parques e jardins
25. Construção e manutenção de áreas de lazer
26. Confecção, manutenção e conservação de meio-fios
27. Construção, manutenção e conservação de trevos e canteiros
28. Manutenção e conservação da sinalização urbana
29. Manutenção e limpeza dos rios e córregos do Município
30. Concessão de serviço público a empresas de transporte coletivo urbano
31. Reurbanização das vias públicas
32. Construção, reforma, manutenção e conservação de estradas vicinais
33. Construção, reforma, manutenção e conservação de passarelas e pontes
34. Aquisição e manutenção de equipamentos necessários à segurança e prevenção de acidentes no trabalho
35. Ampliação, manutenção e conservação da rede pluvial
36. Ampliação, manutenção e conservação dos serviços de água, esgoto e saneamento

## **2.6 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (INCLUINDO TODAS AS SUAS UNIDADES)**

1. Ampliação, reforma e manutenção das instalações de atendimento à saúde
2. Construção e manutenção de postos de saúde, laboratórios de análises clínicas, consultórios odontológicos e unidades do PSF
3. Aquisição, reforma e manutenção de bens móveis das unidades de atendimento
4. Aquisição, manutenção, modernização e alienação de equipamentos de saúde



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

5. Aquisição, manutenção e atualização de sistemas
6. Aquisição e manutenção de suprimentos e materiais de consumo
7. Aquisição, manutenção e organização do acervo técnico
8. Aquisição, manutenção e alienação de ambulâncias e veículos da saúde
9. Manutenção e aprimoramento das atividades e procedimentos pertinentes
10. Participação em cursos e palestras
11. Capacitação, treinamento e reciclagem dos servidores
12. Manutenção e aprimoramento das atividades de assistência médica
13. Manutenção e aprimoramento das atividades de vigilância sanitária
14. Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica - Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica
15. Ampliação e implantação das equipes do PSF
16. Manutenção e desenvolvimento das atividades do Fundo e Conselho Municipal de Saúde
17. Manutenção e desenvolvimento das atividades da Saúde Mental
18. Manutenção e desenvolvimento das atividades da Saúde da Mulher
19. Manutenção de programas de Carências Nutricionais
20. Construção e manutenção da Policlínica
21. Manutenção e desenvolvimento das atividades de vigilância epidemiológica e controle de doenças (vacinação, controle da água, PCE, dengue, leishmaniose, doença de chagas, doenças transmissíveis, etc.)
22. Oftalmologia Social: fornecimento de óculos para as crianças
23. Distribuição gratuita de materiais
24. Aquisição e manutenção de incinerador de lixo hospitalar
25. Implantação do TFD (Transporte Fora do Município)
26. Implantação de novos programas de atendimento à saúde

### **2.7. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES (INCLUINDO TODAS AS SUAS UNIDADES)**

1. Reforma e manutenção das instalações
2. Aquisição, reforma e manutenção de bens móveis
3. Aquisição e manutenção de equipamentos esportivos
4. Aquisição e manutenção de suprimentos e materiais esportivos
5. Aquisição, manutenção e alienação de veículos
6. Manutenção e aprimoramento das atividades e procedimentos pertinentes
7. Concessão de subvenção a entidades desportivas
8. Elaboração do calendário de eventos desportivos
9. Realização de eventos desportivos
10. Manutenção e apoio ao desporto amador
11. Auxílio financeiro a desportistas amadores para representação do município
12. Construção e manutenção de áreas de lazer e unidades esportivas
13. Reforma e manutenção do estádio municipal
14. Construção de vestiário no estádio municipal
15. Reforma e manutenção do ginásio poliesportivo
16. Construção, reforma e manutenção de quadras esportivas
17. Manutenção do programa esportivo Segundo Tempo
18. Concessão de premiações e troféus

### **2.8 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E MEIO AMBIENTE (INCLUINDO TODAS AS SUAS UNIDADES)**



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

1. Reforma e manutenção das instalações
2. Aquisição, reforma e manutenção de bens móveis
3. Aquisição, manutenção e alienação de equipamentos
4. Aquisição, manutenção e atualização de sistemas
5. Aquisição e manutenção de suprimentos e materiais de consumo
6. Aquisição, manutenção e organização do acervo técnico
7. Aquisição, manutenção e alienação de veículos leves e pesados
8. Manutenção de serviços de assessoria e consultoria técnica
9. Manutenção e aprimoramento das atividades e procedimentos pertinentes
10. Manutenção e desenvolvimento das atividades relacionadas ao patrimônio histórico, artístico e arquitetônico
11. Conservação e restauração do patrimônio histórico
12. Construção, manutenção e desenvolvimento de bibliotecas públicas
13. Aquisição de livros para as bibliotecas públicas
14. Concessão de subvenção a entidades culturais e filantrópicas
15. Implantação de computadores ligados à Internet para o serviço de cultura
16. Manutenção e desenvolvimento da Casa da Cultura e atividades culturais
17. Realização e divulgação de eventos e festas populares
18. Implantação e manutenção do Parque Turístico Municipal
19. Reforma do Parque de Exposições
20. Construção e manutenção de novos pontos turísticos
21. Reforma, ampliação, manutenção, sinalização e fiscalização dos pontos turísticos
22. Elaboração de projetos destinados à captação de recursos para o desenvolvimento do turismo
23. Implantação de programas de divulgação e incentivo ao turismo no município
24. Elaboração e divulgação do calendário de eventos turísticos
25. Organização e apoio à realização de festivais, feiras e eventos turísticos
26. Participação e apoio à Associação Turística do Circuito Terras Altas da Mantiqueira
27. Implantação e manutenção de programas de desenvolvimento econômico
28. Manutenção e desenvolvimento das atividades e serviços relacionados à conservação do Meio Ambiente e da Agricultura
29. Instalação do Parque Ecológico da Grotta
30. Implantação de Coleta Seletiva de Lixo
31. Aquisição de Equipamentos e Implementos Agrícolas
32. Apoio ao produtor rural
33. Manutenção de contribuições à EMATER
34. Realização de exposições agropecuárias e torneios leiteiros
35. Aquisição de terreno para construção de Matadouro Municipal
36. Construção do Matadouro Municipal
37. Manutenção e desenvolvimento das atividades do Matadouro Municipal
38. Tratamento e recuperação de córregos e rios
39. Arborização de vias públicas
40. Manutenção dos serviços de podas de árvores
41. Recomposição dos jardins das praças, trevos e canteiros
42. Recuperação e manejo de bacias hidrográficas
43. Aquisição, manutenção e conservação de veículos para a área Agrícola e Ambiental
44. Construção e manutenção das atividades da Usina de Reciclagem de Lixo
45. Aquisição de equipamentos e material permanente para a Usina de Lixo
46. Aquisição, manutenção e conservação de caminhão para coleta de lixo



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

47. Aquisição, de tratores para apoio ao produtor rural
48. Perfuração de poços artesianos e de irrigação na Zona Rural
49. Implantação de telefonia rural
50. Recuperação de áreas degradadas
51. Convênios e contribuições a entidades associativas rurais.

### **2.9. SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL (INCLUINDO TODAS AS SUAS UNIDADES)**

1. Reforma e manutenção das instalações
2. Aquisição, reforma e manutenção de bens móveis
3. Aquisição, manutenção e alienação de equipamentos
4. Aquisição e manutenção de suprimentos e materiais de consumo
5. Aquisição, manutenção e organização do acervo técnico
6. Aquisição, manutenção e alienação de veículos
7. Manutenção de serviços de assessoria e consultoria técnica
8. Manutenção e aprimoramento das atividades e procedimentos pertinentes
9. Construção e manutenção de creches municipais
10. Fornecimento de cestas básicas a pessoas carentes
11. Doação de materiais de construção e mão-de-obra a pessoas carentes em situação emergencial de natureza habitacional
12. Manutenção e desenvolvimento das atividades do Fundo e Conselho Municipal de Assistência Social
13. Manutenção e desenvolvimento das atividades do Fundo e Conselho da Criança e do Adolescente
14. Manutenção e desenvolvimento das atividades do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente
15. Concessão de subvenções sociais
16. Distribuição gratuita de materiais a pessoas carentes
17. Manutenção da prestação de serviços sociais a servidores municipais, famílias carentes, crianças, adolescentes e idosos
18. Implantação de programas sociais de qualificação de mão-de-obra, renda e inserção social.

Passa Quatro, 1 de julho de 2005.

Acácio Mendes de Andrade  
Prefeito Municipal

Leonardo Vilhena Viana  
Secretário de Administração